



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 30ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0008648-34.2020.8.17.2001**

AUTOR: MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## SENTENÇA

Vistos etc.

MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA, qualificado nos autos, ingressou com AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT contra a COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A, igualmente qualificada.

Afirma ter sido vítima de acidente automobilístico, em 20/02/2019, sofrendo debilidade permanente. Alega fazer *jus* ao pagamento do teto indenizatório do seguro, contudo recebeu na esfera administrativa apenas a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), requerendo o pagamento da diferença.

A ré ofertou contestação de id nº 59293389, aduzindo, em síntese, que efetuou o pagamento do valor devido na esfera administrativa. Aponta que a indenização deve ser proporcional ao grau de invalidez, nos termos do enunciado da Súmula 474 do STJ. Ao final, pugna pela improcedência do pleito autoral.

Foi realizada a perícia de id nº 67452249, subscrita por médico perito do Juízo, atestando a existência de lesão no membro inferior direito e sua gradação.

Após, os autos vieram-me conclusos.

**É o relatório. Decido.**

O feito se apresenta devidamente instruído e maduro para julgamento.

Para fins de verificar a procedência da ação, apenas se faz necessária a subsunção do fato (“danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não” e existência de sequela graduada em sede de perícia judicial) à norma (art. 3º da Lei 6.194/74).

Ademais, consoante entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, deve-se observar também o grau da lesão, para fins de pagamento da indenização securitária de forma proporcional:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”. (Súmula 474, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012)

No caso em tela, a parte autora alega sofrer debilidade em consequência de acidente automobilístico, requerendo o pagamento de indenização do seguro DPVAT.



Nesta demanda, o perito médico ortopedista do Juízo identificou **lesão parcial no membro inferior direito, de gradação média**. Se fosse completa a lesão, comportaria indenização no percentual de 70% sobre o valor integral do seguro DPVAT, de acordo com a tabela apresentada no anexo da Lei nº 6.194/74, incluída pela Lei nº 11.945 de 2009.

Por ser média a gradação da lesão sofrida pelo autor, a indenização devida corresponde ao valor total de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), equivalente ao percentual de 50% do valor destinado à perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores.

Considerando que a parte autora recebeu o montante de R\$ 2.362,50 na seara administrativa, é devida a diferença de R\$ 2.362,50.

Isto posto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão autoral e condeno a parte ré ao pagamento da quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigida monetariamente pela tabela ENCOGE a partir da data do evento danoso até o efetivo pagamento, além de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação válida.

**Extingo o processo com resolução do mérito, a teor do art. 487, inciso I, do CPC.**

Considerando que os litigantes foram vencedores e vencidos em parte, condeno a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ao tempo em que condeno o demandante ao pagamento de honorários no percentual de 10% (dez por cento) sobre a diferença do valor pretendido e do efetivamente obtido, na forma do art. 85, § 2º, do CPC, ficando vedada a compensação da verba honorária (art. 85, § 14, CPC). Suspendo a exigibilidade em relação à parte autora, por litigar sob os auspícios da justiça gratuita.

As custas e despesas processuais serão suportadas pela parte ré. Intime-se a demandada para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o depósito judicial dos honorários periciais. Em seguida, expeça-se alvará em favor do perito, acrescida a quantia das devidas atualizações.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, verificada a inércia da parte interessada, arquivem-se independentemente de nova conclusão.

Cumpra-se.

Recife, 04 de setembro de 2020.

**Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho**  
**Juiz de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 30ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0008648-34.2020.8.17.2001

AUTOR: MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 30ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 67503461, conforme segue transcrito abaixo:

SENTENÇA Vistos etc. MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA, qualificado nos autos, ingressou com AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT contra a COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A, igualmente qualificada. Afirma ter sido vítima de acidente automobilístico, em 20/02/2019, sofrendo debilidade permanente. Alega fazer jus ao pagamento do teto indenizatório do seguro, contudo recebeu na esfera administrativa apenas a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), requerendo o pagamento da diferença. A ré ofertou contestação de id nº 59293389, aduzindo, em síntese, que efetuou o pagamento do valor devido na esfera administrativa. Aponta que a indenização deve ser proporcional ao grau de invalidez, nos termos do enunciado da Súmula 474 do STJ. Ao final, pugna pela improcedência do pleito autoral. Foi realizada a perícia de id nº 67452249, subscrita por médico perito do Juízo, atestando a existência de lesão no membro inferior direito e sua gradação. Após, os autos vieram-me conclusos. É o relatório. Decido. O feito se apresenta devidamente instruído e maduro para julgamento. Para fins de verificar a procedência da ação, apenas se faz necessária a subsunção do fato ("danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não" e existência de sequela graduada em sede de perícia judicial) à norma (art. 3º da Lei 6.194/74). Ademais, consoante entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, deve-se observar também o grau da lesão, para fins de pagamento da indenização securitária de forma proporcional: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". (Súmula 474, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012) No caso em tela, a parte autora alega sofrer debilidade em consequência de acidente automobilístico, requerendo o pagamento de indenização do seguro DPVAT. Nesta demanda, o perito médico ortopedista do Juízo identificou lesão parcial no membro inferior direito, de gradação média. Se fosse completa a lesão, comportaria indenização no percentual de 70% sobre o valor integral do seguro DPVAT, de acordo com a tabela apresentada no anexo da Lei nº 6.194/74, incluída pela Lei nº 11.945 de 2009. Por ser média a gradação da lesão sofrida pelo autor, a indenização devida corresponde ao valor total de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), equivalente ao percentual de 50% do valor destinado à perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores. Considerando que a parte autora recebeu o montante de R\$ 2.362,50 na esfera administrativa, é devida a diferença de R\$ 2.362,50. Isto posto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão autoral e condeno a parte ré ao pagamento da quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigida monetariamente pela tabela ENCOGE a partir da data do evento danoso até o efetivo pagamento, além de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação válida. Extingo o processo com resolução do mérito, a teor do art. 487, inciso I, do CPC. Considerando que os litigantes foram vencedores e vencidos em parte, condeno a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ao tempo em que condeno o demandante ao pagamento de honorários no percentual de 10% (dez por cento) sobre a diferença do valor pretendido e do efetivamente obtido, na forma do art. 85, § 2º, do CPC, ficando vedada a compensação da verba honorária (art. 85, § 14, CPC). Suspendo a exigibilidade em relação à parte autora, por litigar sob os auspícios da justiça gratuita. As custas e despesas processuais serão suportadas pela parte ré. Intime-se a demandada para, no prazo de



15 (quinze) dias, realizar o depósito judicial dos honorários periciais. Em seguida, expeça-se alvará em favor do perito, acrescida a quantia das devidas atualizações. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, verificada a inércia da parte interessada, arquivem-se independentemente de nova conclusão. Cumpra-se. Recife, 04 de setembro de 2020. Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho Juiz de Direito

RECIFE, 8 de setembro de 2020.

**MAYARA SIMONI LAET DE ANDRADE**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

**Processo: 00086483420208172001**

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Deferimento.

RECIFE, 29 de setembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)






## Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		24/09/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
24/09/2020	040271701472009170	00086483420208172001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS		Jurídica	33054826000192	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA		FÍSICA	12092308440	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
2AFD761DAAC575C3				
CÓDIGO DE BARRAS				
10498.39291 94000.100043 12271.244498 1 84100000020000				



## RECIBO DO SACADO

		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 12271.244498 1 84100000020000		
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04		Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271701472009170	Nosso Número 14000000122712444-1	Vencimento 16/10/2020	Valor do Documento 200,00		
<b>Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):</b>  TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:30A VARA CIVEL  PROCESSO: 00086483420208172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01810548-6  Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID: 040271701472009170  OBS:					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimentos
					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU					CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
Sacador/Avalista:					UF: CEP: CPF/CNPJ:
<b>SAC CAIXA:</b> 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)  <b>Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:</b> 0800 726 2492  <b>Ouvidoria:</b> 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)					

		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 12271.244498 1 84100000020000		
Local de pagamento <b>PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA</b>					Vencimento 16/10/2020
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04		Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 17/09/2020	Nº do documento 040271701472009170	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 17/09/2020	Nosso Número 14000000122712444-1
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 200,00
<b>Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):</b>  TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:30A VARA CIVEL PROCESSO: 00086483420208172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01810548-6  Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID:					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimentos
					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU					CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
Sacador/Avalista:					UF: CEP: CPF/CNPJ:



Autenticação - Ficha de Compensação

[https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/) 17/09/2020

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 01/10/2020 11:24:43  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100111244332200000067545959>  
 Número do documento: 20100111244332200000067545959

Num. 68876302 - Pág. 1





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 30ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0008648-34.2020.8.17.2001

AUTOR: MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção A da 30ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06.**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 200,00(duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040 - CONTA 01810548-6**

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 67503461**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:  
"(...)expeça-se alvará em favor do perito, acrescida a quantia das devidas atualizações. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, verificada a inércia da parte interessada, arquivem-se independentemente de nova conclusão. Cumpra-se. Recife, 04 de setembro de 2020. Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho Juiz de Direito".  
Eu, MAYARA SIMONI LAET DE ANDRADE, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé, RECIFE, 2 de outubro de 2020.

**ANDREA PAULA DE FREITAS**  
Diretoria Cível do 1º Grau  
(Assinado eletronicamente)

**EMANUEL BONFIM CARNEIRO AMARAL FILHO**  
Juiz(a) de Direito  
(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 30ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0008648-34.2020.8.17.2001

AUTOR: MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ**

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o perito para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 68948691, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 6 de outubro de 2020.

MAYARA SIMONI LAET DE ANDRADE

Diretoria Cível do 1º Grau



Alvará impresso.  
Grato.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 30ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0008648-34.2020.8.17.2001

AUTOR: MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR SEM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos a carta devolvida referente a INTIMAÇÃO de MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA, tendo como motivo de devolução: NÃO PROCURADO. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 13 de outubro de 2020.

**CARMEM LUCIA CONSTANTINO CABRAL**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



**AO REMETENTE**

Nome: MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA  
Endereço: LO. LAGOA NOVA, 11, SURUBIM, LAGOA NOVA, SURUBIM -  
PE - CEP: 55750-000

0008648-34.2020.8.17.2001 ID 64711808 8  
Seção A da 30ª Vara Cível da Capital  
INTIMAÇÃO

**AO REMETENTE**





Vinicius Coimbra  
Mat. 8.598.151-5

MAIO 2020



DIRETORIA GERAL DE TÓRRE DE APTA  
ORUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO  
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N  
LHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900





AVISO DE  
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDEREÇO / ADRESSE

Nome: MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA  
Endereço: LO. LAGOA NOVA, 11, SURUBIM, LAGOA NOVA, SURUBIM -  
PE - CEP: 55750-000

CEP / CODE POSTAL

0008648-34.2020.8.17.2001 ID 64711808 8  
INTIMAÇÃO Seção A da 30ª Vara Cível da Capital

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JU 65740536 1 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)



DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

1 AGO 2020

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CIVIL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 4º ANDAR

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARREIRO, S/Nº

LHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 30ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0008648-34.2020.8.17.2001

AUTOR: MATEUS OLIVEIRA BARBOSA DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO**

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado em 13/10/2020, e que, na data de hoje, arqueei definitivamente os presentes autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 14 de outubro de 2020.

**MAYARA SIMONI LAET DE ANDRADE**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

